

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.054 - SP (2019/0282511-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : RITA DE CASSIA PINTO LESSA SIQUEIRA
ADVOGADOS : HÉLIO JOSÉ CAVALCANTI BARROS - RJ082524
LUCIENE DIAS BARRETO SALVATERRA DUTRA - RJ099173
JULIANA VANZILLOTTA VILLARDI - RJ137844
MONIQUE MARQUES DA SILVA - RJ167911
MARCOS CUNHA OROFINO JUNIOR - RJ189141
AGRAVADO : NEC LATIN AMERICA S.A.
OUTRO NOME : NEC DO BRASIL S/A
ADVOGADO : ALEXANDRE MACHADO BELTRÃO DE CASTRO - SP187455
INTERES. : GLOBAL SOURCE MULTI SERVICOS LTDA
ADVOGADO : SIMONE BUSCH - SP144990
INTERES. : AUTO SOCORRO APOIO S/C LTDA
INTERES. : SANDRA REGINA MATRINS VOLTERRINI
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por RITA DE CÁSSIA PINTO LESSA SIQUEIRA, em face de acórdão assim ementado (fl. 273):

AÇÃO DE COBRANÇA - FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - INCLUSÃO DA SÓCIA DA EMPRESA EXECUTADA NO POLO PASSIVO POR DECISÃO DESTA CORTE EM ANTERIOR AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA - IMPROCEDÊNCIA - DECISÃO PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO ANTERIOR CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - DETERMINAÇÃO, ADEMAIS, DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA SÓCIA PARA APRESENTAR DEFESA INCLUSIVE QUANTO A SUA INCLUSÃO NO POLO PASSIVO - ALTERAÇÕES DO NOVO CPC JÁ CONTEMPLADAS NA ANTERIOR DECISÃO - CONSIGNAÇÃO DE QUE A AUSÊNCIA DE BENS E O ENCERRAMENTO IRREGULAR DAS ATIVIDADES PRESUMEM O ABUSO DE PERSONALIDADE JURÍDICA - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO EM SENTIDO CONTRÁRIO - DECISÃO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA MANTIDA.

AGRAVO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram acolhidos, tão somente, para se manifestar acerca do excesso de execução, sem efeitos infringentes (fls. 423/428).

Nas razões do especial, a ora agravante alega ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre as questões postas em debate nos embargos de declaração.

No mérito, argui afronta aos arts. 7º, 14, 134, 135 e 136 do Código de Processo Civil/2015; 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; 525 do Código de Processo Civil/1973; e 50 do Código Civil, bem como dissídio jurisprudencial. Argui ser necessária a instauração do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica; que houve excesso de execução; e que ausentes os requisitos necessários à desconconsideração da personalidade jurídica, pois, "A mera dificuldade da satisfação do crédito, ou mesmo a insuficiência ou ausência de patrimônio social não constitui critério exclusivo para autorizar a aplicação da desconconsideração da pessoa jurídica" (fl. 475); e que "não há qualquer comprovação de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, muito menos encerramento irregular das atividades empresariais" (fl. 475).

Passo a decidir.

O Tribunal de origem, ao julgar o agravo de instrumento, concluiu que presentes os requisitos necessários à desconconsideração da personalidade jurídica, assim se pronunciando (fls. 274/275):

No que diz respeito à alegação de ausência dos requisitos da desconconsideração, também sem razão a agravante vez que, conforme expressamente consignado no acórdão que determinou a sua inclusão no polo passivo da execução, a ausência de bens, somada ao encerramento irregular das atividades, constituem circunstâncias que autorizam a presunção de existência de ato infrigente da lei e da boa-fé, de modo que caberia à agravante a demonstração de que não agiu com abuso da personalidade jurídica da empresa executada, o que não se verificou na espécie.

A conclusão acima reproduzida está em desarmonia com a jurisprudência

adotada neste Superior Tribunal de Justiça, que já se posicionou no sentido de que "A mera inexistência de bens penhoráveis ou eventual encerramento irregular das atividades da empresa não enseja a desconsideração da personalidade jurídica" (AgInt nos EDcl no AREsp 1431560/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/8/2019, DJe 30/8/2019). No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ENCERRAMENTO IRREGULAR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ABUSO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DECISÃO MANTIDA.

1. "Esta Corte Superior firmou seu posicionamento no sentido de que a existência de indícios de encerramento irregular da sociedade aliada à falta de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo não constituem motivos suficientes para a desconsideração da personalidade jurídica, eis que se trata de medida excepcional e está subordinada à efetiva comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial" (AgInt no AREsp 1.351.748/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 25/4/2019).

2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1727095/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/06/2019, DJe 21/06/2019)

Em face do exposto, prejudicada a análise das demais questões, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, dou provimento ao recurso especial, para afastar a desconsideração da personalidade jurídica, ressalvada a possibilidade de que venha a ser decretada, se comprovados os seus requisitos ao longo da execução.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora